



**REAFIRMANDO CIDADANIA
E IDENTIDADE DE GÊNERO**
*Uma experiência na
cidade de São Paulo*

Dedicatória

Esta publicação é dedicada às travestis, homens e mulheres transexuais que lutam cotidianamente contra o estigma e a discriminação e por uma sociedade justa e igualitária onde todos(as) possam expressar livremente sua identidade de gênero e usufruir dos direitos à saúde, educação, trabalho, segurança, entre outros.

A **AHF-Brasil** manifesta com veemência o apoio para que toda a sociedade elimine quaisquer barreiras ao reconhecimento de gênero e ao respeito a autodeterminação de travestis, homens e mulheres transexuais.

ELABORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Aids Healthcare Foundation Brasil
Av. Angélica, 321 - salas 155/156 - Santa Cecília – São Paulo
www.aidshealth.org
ahfbrasil@aidshealth.org
Tel.: (11) 2892-4814

**ORGANIZAÇÃO:**

Beto de Jesus e Juny Kraiczyk

AUTORES:

Daniel Barros; Gustavo Saggese; Juny Kraiczyk; Keila Simpson Sousa;
Maria Amélia Veras; Maria Clara Gianna; Michele Escoura; Ricardo Barbosa Martins; Roberto Catelli Jr.; Rosa de Alencar Souza

AGRADECIMENTOS :

Ação Educativa
ANTRA- Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
Centro de Cidadania LGBT da Zona Sul
Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids (CRT-DST/Aids)
Coordenação de Políticas para LGBT da Cidade de São Paulo
CRD- Centro de Referência para Diversidade
Instituto Nice
Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço
Programa Transcidadania
Programa Estadual de DST/HIV/Aids
Programa Municipal DST de São Paulo

REVISÃO:

Olívia Yumi Duarte

PROJETO GRÁFICO E CAPA:

Renné Ramos

IMAGENS DE CAPA:

Paulo Couri

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. REAFIRMANDO CIDADANIA E IDENTIDADE DE GÊNERO Keila Simpson Sousa	9
2. ENTREVISTA COM GERÔ BARBOSA Juny Kraiczyk	15
3. O ACOLHIMENTO COMO ESTRATÉGIA: UMA EXPERIÊNCIA ESCOLAR NO ÂMBITO DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA Roberto Catelli Jr. e Michele Escoura	19
4. REFLEXÕES SOBRE PREVENÇÃO DO HIV/AIDS ENTRE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL Juny Kraiczyk	25
5. REAFIRMANDO CIDADANIA E IDENTIDADE DE GÊNERO: AMBULATÓRIO DE SAÚDE INTEGRAL PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS / CRT – São Paulo Maria Clara Gianna, Rosa de Alencar Souza, Ricardo Barbosa Martins e Equipe	31
6. O NÚCLEO DE PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS E SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT+: UMA BREVE TRAJETÓRIA Maria Amélia Veras, Gustavo Saggese e Daniel Barros	37

O acolhimento como estratégia: Uma experiência escolar no âmbito do Programa Transcidadania

Roberto Catelli Jr.¹⁴

Michele Escoura¹⁵

A interlocução entre os movimentos de defesa dos direitos humanos à educação e aqueles preocupados com a garantia de direitos para a população travesti e transexual ainda dá seus primeiros passos, entretanto, já conta com uma valiosa experiência de execução de política pública. Nesse texto, apresentamos os resultados iniciais de nossa pesquisa de acompanhamento da implementação escolar do Programa Transcidadania no Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos do Cambuci, instituição que recebeu o maior número de estudantes atendidas pelo programa da cidade de São Paulo. Os dados foram produzidos ao longo de dois anos a partir de metodologia qualitativa, associando entrevistas em profundidade, observações e coleta de relatos escritos. Nosso quadro de interlocutores foi formado por sujeitos envolvidos no desenho da política, gestores diretos do Programa, profissionais da rede municipal de educação e estudantes.

Em recorte, aqui buscamos evidenciar como o *acolhimento* surgiu como estratégia pedagógica fundamental e eficaz para a mediação do retorno de estudantes socialmente vulneráveis à escola, gerindo na prática uma sensação de inclusão e abrindo um caminho potente de transformação da experiência educacional dos sujeitos.

A educação de jovens e adultos no Brasil

Os dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2010) mostram que cerca da metade da população brasileira com 15 anos ou mais de idade ainda não tinha completado o Ensino Fundamental. Neste cenário, 65 milhões de brasileiras e brasileiros tiveram o direito fundamental à educação básica negado em algum momento de suas vidas.

Desigualdades sociais de gênero, classe, raça e região são fatores destacados como causa desse afastamento escolar: homens que se inserem no mercado de trabalho antes dos 16 anos de idade; mulheres que são mães ainda no período escolar e não contam com uma estrutura de apoio social adequada para conciliarem a maternidade e seus estudos; moradoras/es das áreas rurais ou de periferias urbanas sem acesso a transporte escolar ou escolas em suas proximidades; jovens negros constantemente associados a estereótipos de indisciplina; lésbicas, gays e bissexuais que têm sua orientação sexual cercada e, também, travestis e transexuais violentadas física e simbolicamente no ambiente escolar ou obrigadas a saírem de seus núcleos familiares para assumir outras identidades de gênero são alguns desses exemplos.

Esse cenário de afastamento escolar e criação de um enorme contingente populacional sem concluir o ensino básico na juventude ou vida adulta nos permitiria colocar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em posição de prioridade educacional, mas a cada ano a insuficiência de políticas voltadas à modalidade vem se agravando¹¹.

A EJA como política afirmativa para travestis e transexuais

Em 2012, diferentes canais de difusão de informações noticiaram com entusiasmo a primeira travesti alcançando o título de doutora: Luma Andrade obteve o título de doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará defendendo tese sobre a presença de travestis nas escolas. Mas se por um lado um clima de novidade se instalava por conta da "primeira travesti doutora no Brasil", por outro lado a surpresa gerada pela notícia desvelava o contexto generalizado de exclusão de travestis do sistema escolar. Afinal, por que nos surpreendermos com uma travesti alcançando um dos mais altos graus de escolaridade?

Em pesquisa nacional sobre Juventudes e Sexualidade (2004), a UNESCO reconhecia o ambiente escolar como espaço marcadamente violento e hostil para pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no Brasil. Para os meninos participantes da pesquisa, em uma classificação de ações consideradas mais violentas, "bater em homossexuais" apareceu em 6º lugar, considerada como uma ação menos grave do que usar drogas ou portar armas, por exemplo. O mesmo estudo constatou, ainda, que para os meninos da cidade de São Paulo, a possibilidade de ter um colega homossexual era motivo de rejeição entre 40,9% deles.

Práticas de discriminação à população LGBT não são apenas comuns no ambiente escolar, como, inclusive, são abertamente assumidas e muitas vezes valorizadas, como demonstrou a pesquisa de 2004. De tal cenário de discriminação e violência, um ciclo de abandono escolar se instala e afasta travestis e transexuais das salas de aulas. Nesse sentido, o espaço considerado privilegiado para o exercício da cidadania e da garantia dos direitos humanos à educação se mostra, contraditoriamente, como palco para a produção e reiteração das desigualdades. Nesse contexto, emerge a necessidade de políticas desenhadas para a garantia do direito à educação de pessoas LGBT e a garantia de seus acessos aos espaços sociais vinculados à elevação de escolaridade.

A Resolução n. 33 de 2007 do Ministério da Educação abriu pela primeira vez o campo "pessoas transgêneros" no formulário de inscrição no Programa Brasil Alfabetizado e mostrava que o Estado reconhecia travestis e transexuais como um público potencial aos programas de alfabetização de pessoas jovens e adultas. Abria-se também, então, a possibilidade de pensarmos a EJA como um caminho de política afirmativa para esta população. Marcado como espaço de acolhimento de sujeitos com distintas trajetórias de exclusão e marginalização do sistema regular de ensino, a EJA tem a potência de emergir como um espaço privilegiado para ações voltadas à afirmação de direitos da população travesti e transexual.

Desse modo, consideramos que o maior diferencial estabelecido pela equipe do Cieja Cambuci não está no campo estritamente das estratégias desenvolvidas no campo das metodologias de aprendizagem, mas em como o acolhimento permitiu ao grupo melhorar sua autoestima, sentir-se educacionalmente incluído e vivenciar as interações a partir de um espaço não segregado.

Transcidadania

Em 2015, mesmo ano em que assistimos nos Estados e Municípios brasileiros a exclusão do termo "gênero" nos Planos de Educação e setores religiosos, ganharam mais espaço político nas orientações legislativas, a cidade de São Paulo estabeleceu um canal entre a Educação de Jovens e Adultos e as políticas para a população travesti e transexual, ao promover o retorno à escola e a elevação de escolaridade desta população por meio da EJA como uma das principais ações do Programa Transcidadania.

Entre 2015 e 2016 aproximadamente 150 participantes do programa voltaram aos bancos escolares e conquistaram apoio institucional (inclusive com recebimento de bolsa de estudos e trabalho) para terem garantido o direito à educação. A proposta aliou diferentes secretarias municipais para implementar atividades de elevação de escolaridade, qualificação profissional, formação em direitos humanos e atendimento de saúde. O objetivo era romper com o ciclo estrutural de vulnerabilidade da população travesti e transexual e abrir a estas pessoas a oportunidade de trilhar novas trajetórias pessoais.

No contexto do programa e com base em proposta desenvolvida pela ONG Ação Educativa, acompanhamos de maneira sistemática o trabalho realizado por uma das escolas da rede municipal que abrigaram o programa, o Cieja Cambuci, e analisamos os impactos da execução dessa política. No desenvolvimento da pesquisa, realizamos 15 entrevistas qualitativas com estudantes, equipe técnica professores e equipe do Transcidadania; registro de observação de trabalho de sala de aula; três grupos focais, sendo dois com alunos e um com professores; coleta de textos produzidos pelos estudantes ao longo do ano letivo e participação e registro de atividades coletivas/festivas realizadas na escola.

Como conclusão desse trabalho, indicamos que os resultados positivos da implementação do Programa devem-se à três diferentes níveis de ações. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de a política ter sido desenhada pressupondo a articulação intersetorial e implementada de modo a considerar uma visão integral dos sujeitos atendidos. Em segundo lugar, com os dados levantados verificamos que uma importante dimensão de impacto do Programa foi o salto qualitativo das relações entre estudantes e a experiência de alteridade provocada pelas interações cotidianas com sujeitos de trajetórias tão distintas entre si. Por fim o terceiro ponto, que é aqui objeto de nossa reflexão, gira em torno de como o sucesso da relação entre estudantes e equipe pedagógica deveu-se essencialmente à dimensão de acolhimento afetivo e intelectual criada no ambiente escolar.

O transcidadania no CIEJA Cambuci

Os Centros Integrados de EJA (Cieja) são unidades que oferecem atendimento educacional em todos os períodos do dia, em até seis turnos diários, e articula elevação de escolaridade com formação profissional inicial. Com duração total de quatro anos, os cursos estão estruturados em quatro módulos sequenciais (alfabetização, básica, complementar e final), com duração de um ano cada (200 dias

letivos), havendo encontros diárias presenciais de 2h15min. Vale mencionar ainda que são escolas que oferecem atendimento exclusivo para a modalidade EJA, tendo mais possibilidades de desenvolver currículos mais significativos para seus demandantes¹⁵.

O Cieja Cambuci recebeu cerca de 70 pessoas do Programa Transcidadania em 2015 e outro grupo de aproximadamente 75 pessoas em 2016. A escola localiza-se no bairro do Cambuci, próxima ao bairro da Liberdade e do Parque Dom Pedro, um território popularmente conhecido por ser de classe média baixa e baixa e pela significativa presença de moradias populares coletivas (cortiços) e trabalhadores em situação de rua como catadores de papelão. Há também concentração significativa de imigrantes. Além disso, faz parte da região central da cidade por onde muitas das estudantes travestis e transexuais circulam, trabalham ou moram.

Em 2015, a escola tinha 500 alunos: 139 nas séries iniciais e alfabetização; 361 nas séries finais do Ensino Fundamental. Inserida também em um contexto de baixos investimentos das redes públicas para a modalidade EJA, o Cieja conta com espaço físico precário, sala de aulas improvisadas e ausência de quadra esportiva. Não há espaços de lazer, recreação e nem de manejo de refeições. Algumas salas de aula se encontram em espaços improvisados, como locais de passagem e de pouca ventilação.

Entretanto, embora compartilhando um cenário de precarização estrutural tão comum às escolas de Educação de Jovens e Adultos, a especificidade do Cieja Cambuci se revelou pela perspectiva pedagógica diferenciada de seus profissionais.

Para lecionar em um dos Ciejas de São Paulo, os professores e equipe técnica se candidataram à uma seleção específica, composta de provas e entrevistas de avaliação de perfil profissional. Como consequência, o grupo selecionado invariavelmente apresenta uma maior identidade com a modalidade e sensibilidade às suas questões. Além disso, embora o grupo de professores seja heterogêneo, a gestão e a equipe de coordenação pedagógica cumpre com um importante papel de orquestrar espaços de trabalho, troca e diálogo coletivo. Durante a pesquisa, tais momentos de debate conjunto por diversas vezes se configurava enquanto um momento formativo potente e que alinhava uma perspectiva de educação voltada para os direitos humanos entre as/os profissionais.

A chegada do primeiro grupo de pessoas transexuais e travesti na escola em 2015 por meio do Programa Transcidadania não aconteceu sem conflitos. Nas entrevistas que realizamos com docentes, o temor de não saber como receber as novas estudantes muitas vezes se embaralhava a preconceitos sociais, pois também viam as travestis e transexuais como parte de um universo segregado, a partir de uma imagem negativa e de marginalidade. Além disso, a dificuldade foi acentuada pela escassez de processos formativos específicos e, mesmo quando eles ocorreram, que não foram suficientes para assegurar que os profissionais desenvolvessem estratégias para receber aquele grupo de estudantes na escola.

O apoio da equipe técnica do próprio Programa se configurou como o primeiro momento de mediação das histórias individuais e o reencontro coletivo com a escola. Mas ele não garantiu sozinho a reconciliação daquelas estudantes com o ambiente escolar. Nas produções de texto que tivemos acesso dos estudantes vinculados ao Programa Transcidadania, frequentemente surgiam histórias declaradas de exclusão da escola. Em um destes textos, uma estudante afirma:

Fiquei 15 anos sem estudar e retomei os estudos graças ao programa Transcidadania. Vim para São Paulo porque meus pais não me aceitavam. Vim tentar a vida, mas passei por muitas dificuldades e fui obrigada a abandonar os estudos.

Já em outro depoimento, registra-se também o processo de abandono da escola:

Minha vida foi muito difícil, pois aos 13 anos de idade, fui convidada a deixar a escola por preconceito. Sofri muito, pois estudar era tudo o que eu precisava.

O grupo de travestis e transexuais que chegaram no Cieja com o Transcidadania, em geral, vinham de trajetórias muito acidentadas, com histórias de exclusão, violência e abandono. Voltar à escola também significava reviver memórias de violência, lembrar de episódios de discriminação em sala de aula e das relações rompidas ao longo da transição de suas identidades. De tal conjuntura, o principal conceito acertadamente acionado nesse contexto pelos profissionais de educação foi o de *acolhimento*.

Apesar das dificuldades iniciais vividas pela equipe da escola em relação ao novo grupo que preenchia significativo número de vagas da instituição, rapidamente se constituiu uma estratégia exitosa para garantir a permanência destes estudantes na escola.

A ordem neste lugar é acolher e cuidar: da chegada, da matrícula, do currículo construído, dos espaços cuidadosamente limpos e encerados, das atividades pedagógicas, das questões fragilizadas de saúde e higiene, da solidão, dos medos, das situações propostas em cada momento. (RUOTOLI; GIANNONI, 2017, p. 203)

Com a sensibilidade para perceber que sem acolhimento estudantes com trajetórias escolares tão acidentadas poderiam não conseguir avançar nos estudos, a equipe gestora avaliou que:

A definição primeira foi a necessidade de prestar muita atenção em detalhes que poderiam trazer maior acolhimento ao grupo que retornava à escola no CIEJA Cambuci. Isto permitiria ir suavizando o olhar e ampliar o diálogo, nosso maior instrumento de ação. Buscamos um educar afetuoso, regado a pequenos carinhos: um bombom, um cafezinho, atividades compartilhadas, abraços, conversas afe-tivas, declaradas preocupações, entrega organizada de materiais e a ênfase nas possibilidades que se abriam. Esta abordagem foi essencial para aproximar os alunos, costurar vínculos e possibilitar a inserção nos projetos pedagógicos. (RUOTOLI; GIANNONI, 2017, p. 205).

Este caminho, de fato, parece ter sido essencial para que este grupo pudesse retomar a vida escolar, superando o trauma de sua primeira vivência educacional. Nas entrevistas realizadas com estudantes tanto individualmente como em grupos focais, o *acolhimento* diferenciado da escola apareceu sempre como uma das chaves explicativas para o sucesso de seu retorno escolar. São constantes as

falas que se referem aos bombons oferecidos pela gestora no dia da matrícula, dos incentivos diários de professores para se recuperar os anos de afastamento e da relação não só de cumplicidade pedagógica, mas também de afetuosidade e confiança emocional com a equipe dos profissionais do Cieja Cambuci. Em depoimento, um outro estudante, em 2015, registrava:

Tenho 49 anos, atualmente estou participando do projeto Transcidadania aqui em São Paulo e estou estudando no Cieja Cambuci. Para mim está sendo maravilhoso, tudo de bom. A minha vida, aos poucos, está mudando para melhor. O tratamento que eu estou recebendo aqui no Cieja desde as moças que limpam a escola, atendentes, coordenadoras, diretora e, principalmente, os professores, que são muito atenciosos conosco.

Compreender o lugar de ambiguidade e sofrimento da escola na trajetória dos sujeitos atendidos pelo Programa Transcidadania levou a equipe de profissionais da educação definir o acolhimento como ação pedagógica prioritária em seu trabalho. Construindo primeiro uma relação de confiança emocional e cuidado, a gestão, a coordenação pedagógica e o corpo docente conseguiu não apenas envolver as estudantes na rotina escolar, como também foi essencial para garantir a permanência delas até os momentos finais do ciclo educacional. Além disso, destaca-se que o clima de cumplicidade afetiva criado pela equipe de profissionais contribuiu para balizar também a interação dos grupos de travestis e transexuais com os demais estudantes do Cieja: idosos, jovens em liberdade assistida, pessoas com deficiência, mulheres que retomavam os estudos. Vindos de uma história de segregação e marginalização social, no Cieja Cambuci, estudantes puderam estabelecer novas vivências com outros grupos, se reconhecer nas diferentes trajetórias de exclusão e desfazer a visão preconceituosa que tinham uns em relação aos outros.

Desse modo, consideramos que o maior diferencial estabelecido pela equipe do Cieja Cambuci não está no campo estritamente das estratégias desenvolvidas no campo das metodologias de aprendizagem, mas em como o acolhimento permitiu o grupo melhorar sua autoestima, sentir-se educacionalmente incluído e vivenciar as interações a partir de um espaço não segregado. A experiência possibilitou a transformação de estudantes e da equipe da escola que, juntos, puderam criar as condições para que a aprendizagem acontecesse. Dessa experiência, novos cenários se abriram para os educandos, que viram diante de si a esperança de uma nova forma de viver.

Referências

- * ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133977por.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.
- * CATELLI, Roberto; ESCOURA, Michele et al. Proposições de organização curricular na educação de jovens e adultos. *Cadernos Cenpec*. São Paulo, jun. 2013, v. 3, n. 2, p.162-186. Disponível em https://www.academia.edu/9828881/Proposi%C3%A7%C3%A7%C3%B5es_de_organiza%C3%A7%C3%A3o_curricular_na_educa%C3%A7%C3%A3o_de_jovens_e_adultos. Acesso em: 17 jan. 2018.
- * RUOTOLI, Maria Adélia; GIANNONI, Rosana. Cieja Cambuci: uma escola de portas abertas. In: CATELLI Jr., Roberto (Org.). *Formação e práticas na Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo: Ação Educativa, 2017.